



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO
JUNTO DA SANTA SÉ PARA A TROCA
DE BONS VOTOS DE ANO NOVO***

Segunda-feira, 7 de Janeiro de 2008

Excelências

Senhoras

Senhores!

1. Saúdo cordialmente o vosso Decano, o Embaixador Giovanni Galassi, e agradeço-lhe as amáveis palavras que me dirigiu em nome do Corpo Diplomático acreditado. Dirijo a cada um uma deferente saudação, em particular a quantos participam pela primeira vez neste encontro. Através de vós, expresso os meus votos fervorosos aos povos e aos governos que representais com dignidade e competência. Um luto atingiu a vossa comunidade, há algumas semanas: o Embaixador da França, Sr. Bernard Kessedjan, terminou a sua peregrinação terrena; que o Senhor o acolha na sua paz! Dirijo igualmente hoje um pensamento especial às nações que ainda não estabeleceram relações diplomáticas com a Santa Sé: elas ocupam também um lugar no coração do Papa. A Igreja está profundamente convencida de que a humanidade constitui uma família, como quis ressaltar na [Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz](#) deste ano.

2. Num espírito de família, foram estabelecidas relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e realizadas visitas a países que me são muito queridos. O acolhimento caloroso dos Brasileiros ainda vibra no meu coração! Neste país, tive a alegria de me encontrar com os representantes da grande família da [Igreja na América Latina e no Caribe, reunidos em Aparecida](#) para a V Conferência Geral do CELAM. No campo económico e social, pude ver sinais eloquentes de esperança para este continente, assim como motivos de preocupação. Como não desejar uma maior cooperação entre os povos da América Latina e, em cada um dos países que a compõem, o abandono das tensões internas, a fim de que eles possam convergir nos grandes valores inspirados pelo Evangelho? Desejo mencionar Cuba, que se prepara para celebrar o X

aniversário da visita do meu venerado Predecessor. O Papa João Paulo II foi recebido com afecto pelas Autoridades e pela população, e encorajou todos os cubanos a colaborar para um futuro melhor. Seja-me permitido retomar aqui esta mensagem de esperança, que conserva toda a sua actualidade.

3. O meu pensamento e a minha oração dirigiram-se sobretudo para as populações atingidas por terríveis catástrofes naturais. Penso nos furacões e nas inundações que devastaram certas regiões do México e da América Central, assim como países da África e da Ásia, sobretudo o Bangladesh, e uma parte da Oceânia; é necessário mencionar também os grandes incêndios. O Cardeal Secretário de Estado, que se deslocou ao Peru nos finais de Agosto, trouxe-me um testemunho directo das destruições e da desolação provocadas pelo terrível terramoto, mas também da coragem e da fé das populações atingidas. Perante acontecimentos trágicos como este, é necessário um compromisso comum e forte. Como escrevi na Encíclica sobre a esperança, "a grandeza da humanidade determina-se essencialmente na relação com o sofrimento e com quem sofre. Isto vale tanto para o indivíduo como para a sociedade" (Encíclica *Spe salvi*,38).

4. A preocupação da comunidade internacional pelo Médio Oriente continua a ser intensa. Sinto-me feliz por a Conferência de Anápolis ter dado sinais no caminho do abandono do recurso a soluções parciais ou unilaterais, em benefício de uma abordagem global, respeitadora dos direitos e dos interesses dos povos e da região. Faço apelo, mais uma vez, aos Israelianos e aos Palestinos, a fim de que concentrem as suas energias sobre a realização dos compromissos assumidos nesta ocasião e que não interrompam o processo felizmente encaminhado. Convido também a comunidade internacional a apoiar estes dois povos com convicção e compreensão pelos sofrimentos e receios de cada um deles. Como não estar próximo do Líbano, nas provações e violências que continuam a atormentar este querido país? Faço votos por que os Libaneses possam decidir o seu futuro livremente e peço ao Senhor que os ilumine, começando pelos responsáveis da vida pública, a fim de que, pondo de lado os interesses particulares, se disponham a comprometer-se no caminho do diálogo e da reconciliação. Só desta forma o país poderá progredir na estabilidade e ser de novo um exemplo de convivência entre as comunidades. Também no Iraque, a reconciliação é uma urgência! Actualmente, os atentados terroristas, as ameaças e as violências continuam, em particular contra a comunidade cristã, e as notícias que chegaram ontem confirmam a nossa preocupação; é evidente que é preciso resolver certas questões políticas. Neste quadro, uma reforma constitucional apropriada deverá salvaguardar os direitos das minorias. Importantes ajudas humanitárias são necessárias para as populações atingidas pela guerra; penso em particular nos deslocados no interior do país e nos refugiados no estrangeiro, entre os quais se encontram numerosos cristãos. Convido a comunidade internacional a mostrar-se generosa para com os países onde eles se encontram refugiados, cujas capacidades de acolhimento são postas à dura prova. Desejo também manifestar o meu encorajamento para que se continue a prosseguir incessantemente o caminho da diplomacia para resolver a questão do programa nuclear iraniano, negociando em boa fé,

adoptando medidas destinadas a incrementar a transparência e a confiança recíprocas, e tendo sempre em consideração as necessidades autênticas dos povos e o bem comum da família humana.

5. Alargando o nosso olhar para todo o continente asiático, gostaria de chamar a vossa atenção para algumas situações de crise. Sobre o Paquistão, em primeiro lugar, que foi duramente provado pela violência durante os últimos meses. Faço votos por que todas as forças políticas e sociais se empenhem na construção de uma sociedade pacífica, que respeite os direitos de todos. No Afeganistão, à violência juntam-se outros graves problemas sociais, como a produção da droga: é necessário oferecer antes de tudo apoio aos esforços de desenvolvimento e trabalhar ainda mais intensamente para construir um futuro sereno. No Sri Lanka não é mais possível adiar os esforços decisivos para remediar os imensos sofrimentos causados pelo conflito em curso. E peço ao Senhor que no Myanmar, com o apoio da comunidade internacional, se abra uma estação de diálogo entre o governo e a oposição, garantia de um verdadeiro respeito de todos os direitos do homem e das liberdades fundamentais.

6. Voltando-me agora para a África, gostaria em primeiro lugar de reafirmar o meu profundo sofrimento, ao verificar como a esperança parece quase vencida pelo sinistro cortejo de fome e de morte que continua no Darfur. Desejo de coração que a acção conjunta das Nações Unidas e da União Africana, cuja missão acaba de iniciar, leve ajuda e conforto às populações provadas. O processo de paz na República Democrática do Congo confronta-se com fortes resistências junto dos Grandes Lagos, sobretudo nas regiões orientais, e a Somália, em particular Mogadíscio, continua a ser afligida por violências e pela pobreza. Faço apelo às partes em conflito para que cessem as acções militares, para que seja facilitada a passagem das ajudas humanitárias e para que os civis sejam respeitados. O Quênia conheceu nestes últimos dias uma brusca erupção de violência. Associando-me ao apelo lançado pelos Bispos a 2 de Janeiro, convido todos os habitantes, em particular os responsáveis políticos, a procurar mediante o diálogo uma solução pacífica, fundada na justiça e na fraternidade. A Igreja católica não permanece indiferente aos gemidos de dor que se elevam nestas regiões. Ela faz seus os pedidos de ajuda dos refugiados e dos deslocados e compromete-se para favorecer a reconciliação, a justiça e a paz. Este ano, a Etiópia festeja a entrada no terceiro milénio cristão, e tenho a certeza de que as celebrações organizadas para esta ocasião hão-de contribuir também para recordar a obra imensa, social e apostólica, realizada pelos cristãos na África.

7. Terminando com a Europa, alegro-me pelos progressos realizados em diferentes países da região dos Balcãs e exprimo mais uma vez votos por que o estatuto definitivo do Kosovo tenha em consideração as reivindicações legítimas das partes em causa e que garanta a segurança e o respeito dos seus direitos a quantos habitam nessa terra, para que se afaste definitivamente o espectro dos confrontos violentos e que seja fortalecida a estabilidade europeia. Gostaria de citar igualmente Chipre, recordando-me com alegria da visita de Sua Beatitude o Arcebispo Chrysostomos II, no passado mês de Junho. Expresso o voto de que, no contexto da União

Europeia, não seja poupado esforço algum para encontrar uma solução para uma crise que dura há demasiado tempo. Realizei, no passado mês de Setembro, uma visita à Áustria, que quis ressaltar também a contribuição fundamental que a Igreja católica pode e deseja dar para a unificação da Europa. E, a propósito da Europa, desejo garantir-vos que sigo atentamente o período que inicia com a assinatura do "Tratado de Lisboa". Esta etapa relança o processo de construção da "casa Europa", que "só será um lugar agradável para todos habitarem se for construída sobre uma sólida base cultural e moral de valores comuns que haurimos da nossa história e das nossas tradições" (*Encontro com as Autoridades e com o Corpo Diplomático, Viena 7 de Setembro de 2007*) e se ela não renegar as suas raízes cristãs.

8. Desta rápida visão de conjunto sobressai claramente que a segurança e a estabilidade do mundo permanecem frágeis. Os factores de preocupação são diversos; contudo todos eles testemunham que a liberdade humana não é absoluta, mas que se trata de um bem partilhado, cuja responsabilidade incumbe sobre todos. Por conseguinte, a ordem e o direito são elementos que a garantem. Mas o direito só pode ser uma força de paz eficaz se os seus fundamentos permanecerem solidamente ancorados no direito natural, doado pelo Criador. Por este motivo também nunca se pode excluir Deus do horizonte do homem e da história. O nome de Deus é um nome de justiça; representa um apelo urgente à paz.

9. Esta tomada de consciência poderá ajudar, entre outros, a orientar as iniciativas de diálogo intercultural e inter-religioso. Estas iniciativas são cada vez mais numerosas e podem estimular a colaboração sobre temas de interesse recíproco, como a dignidade da pessoa humana, a busca do bem comum, a construção da paz e o desenvolvimento. A este propósito, a Santa Sé quis dar um realce particular à sua participação no diálogo de cúpula sobre a compreensão entre as religiões e as culturas e a cooperação pela paz, no âmbito da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas (4-5 de Outubro de 2007). Para ser verdadeiro, este diálogo deve ser claro, evitando relativismo e sincretismo, mas animado por um respeito sincero pelos outros e por um espírito de reconciliação e de fraternidade. A Igreja católica está profundamente comprometida nisto e com prazer evoco de novo a carta que me enviaram, a 13 de Outubro passado, cento e trinta e oito personalidades muçulmanas e renovo a minha gratidão pelos nobres sentimentos que nela são expressos.

10. A nossa sociedade incluiu justamente a grandeza e a dignidade da pessoa humana em diversas declarações dos direitos, que foram formuladas a partir da Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada precisamente há sessenta anos. Este acto solene foi, segundo a expressão do Papa Paulo VI, um dos maiores títulos de glória das Nações Unidas. Em todos os continentes, a Igreja católica se compromete para que os direitos do homem sejam não só proclamados, mas também aplicados. É desejável que os organismos criados para a defesa e a promoção dos direitos do homem consagrem todas as suas energias para esta tarefa e, em particular, que o Conselho dos direitos do homem saiba responder às expectativas suscitadas pela sua criação.

11. A Santa Sé, por seu lado, nunca se cansará de confirmar estes princípios e estes direitos fundados sobre o que é permanente e essencial para a pessoa humana. É um serviço que a Igreja deseja prestar à verdadeira dignidade do homem, criada à imagem de Deus. E partindo precisamente destas considerações, não posso deixar de deplorar mais uma vez os ataques contínuos perpetrados, em todos os continentes, contra a vida humana. Gostaria de recordar, com muitos pesquisadores e cientistas, que as novas fronteiras da bioética não impõem uma opção entre a ciência e a moral, mas ao contrário exigem um uso moral da ciência. Por outro lado, recordando o apelo do Papa João Paulo II por ocasião do Grande Jubileu do Ano 2000, alegro-me por que, a 18 de Dezembro passado, a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou uma resolução convidando os Estados a instituir uma moratória sobre a aplicação da pena de morte e faço votos por que esta iniciativa estimule o debate público sobre o carácter sagrado da vida humana. Lamento mais uma vez os atentados preocupantes contra a integridade da família, fundada sobre o matrimónio entre um homem e uma mulher. Os responsáveis da política, seja de que parte forem, deveriam defender esta instituição fundamental, célula básica da sociedade. Que mais dizer! Até a liberdade religiosa, "exigência inalienável da dignidade de todos os homens e pedra angular no edifício dos direitos humanos" (*Mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1988*, Prefácio), com frequência está comprometida. De facto, há ainda muitos lugares onde ela não pode ser praticada livremente. A Santa Sé defende-a e pede o seu respeito para todos. Ela preocupa-se com as discriminações contra os cristãos e contra os fiéis de outras religiões.

12. A paz não pode ser uma simples palavra ou uma aspiração ilusória. A paz é um compromisso e um modo de vida que exige que se satisfaçam as expectativas legítimas de todos, como o acesso à alimentação, à água e à energia, à medicina e à tecnologia, assim como o controle das mudanças climáticas. Só assim se pode construir o futuro da humanidade; só assim se favorece o desenvolvimento integral hoje e no porvir. Forjando uma expressão particularmente feliz, o Papa Paulo VI ressaltava há quarenta anos, na Encíclica *Populorum progressio*, que "o progresso é o novo nome da paz". Eis por que, para consolidar a paz, é necessário que os resultados macroeconómicos positivos obtidos por numerosos países em vias de desenvolvimento em 2007 sejam apoiados por políticas sociais eficazes e pela realização dos compromissos de assistência dos países ricos.

13. Por fim, gostaria de exortar a comunidade internacional a um empenho global em favor da segurança. Um esforço comum da parte dos Estados para aplicar todas os compromissos assinados e para impedir o acesso dos terroristas às armas de destruição de massa fortaleceria sem dúvida alguma o regime de não-proliferação nuclear e torná-lo-ia mais eficaz. Congratulo-me pelo acordo concluído para o desmantelamento do programa de armamento nuclear na Coreia do Norte e encorajo a adopção de medidas apropriadas para a redução das armas de tipo clássico e para enfrentar o problema humanitário que as minibombas representam.

Senhoras e Senhores Embaixadores!

14. A diplomacia é, de certo modo, a arte da esperança. Ela vive de esperança e procura discernir até os sinais mais ténues. A diplomacia deve dar esperança. A celebração do Natal recorda-nos todos os anos que, quando Deus se fez uma criança pequena, a Esperança veio habitar no mundo, no coração da família humana. Esta certeza torna-se hoje oração: que Deus abra o coração de quantos governam a família dos povos à Esperança que nunca desilude! Animado por estes sentimentos, dirijo a cada um de vós os meus melhores votos, a fim de que vós próprios, os vossos colaboradores e os povos que representais sejam iluminados pela Graça e pela Paz que o Menino de Belém nos concede.

**L'Osservatore Romano. Edição semanal em português n. 2 p. 6, 7.*
